

Jornalismo, Internação Compulsória e COVID-19: Novo tempo ou atualização histórica das práticas de banimento social?¹

Vânia Coutinho Quintanilha BORGES²
Mestre
Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Partindo de um texto publicado no *Correio Brasiliense*, em 15 de junho de 2021, com mensagem do deputado federal Eduardo Bolsonaro se posicionando contra a vacinação obrigatória para a COVID-19 no Brasil e lamentando que: “viciado em crack não pode ser compulsoriamente tratado, mas você tem que ser obrigado a tomar a vacina. Complicado!”, queremos refletir sobre a papel desempenhado pela imprensa em nosso país, à luz do questionamento de quais vidas realmente importam. Na medida em que “viciados em crack” se entrelaça ao imaginário que se refere a grupos que são historicamente marginalizados, o veículo parece atualizar simultaneamente três processos: a exclusão secular de populações vulneráveis, a dimensão do banimento social, travestido na Internação Compulsória, e o papel continuado da imprensa ao longo dos séculos XX e XXI.

Palavras-chave: História do Jornalismo; Democracia; Internação Compulsória; Juventude Negra; Política de Drogas

Introdução

Desde a passagem do século XIX para o XX, a história do jornalismo tem guardado íntima relação com a história da nossa formação social, cujos acontecimentos políticos deram coloração muito particular (BARBOSA, 2000). Vários trabalhos já foram desenvolvidos (SODRÉ, 1999; RIBEIRO, 2006; BARBOSA, 2007, 2018) na direção de investigar e destacar o papel da imprensa como prática social e cultural, incorporando inovações ao longo da sua trajetória, e na construção de um imaginário social que confere lugares muito particulares às classes sociais, cristalizando e atualizando marcas cujas as gênese estariam associadas ao processo de libertação dos escravos (NEDER, 1995; BORGES, 2006). Entretanto, não podemos afirmar uma relação tão direta entre aquele momento histórico e o atual.

Partindo de um conjunto de referências, temos trabalhado com a hipótese de que o conjunto de textos que os jornais produzem e põem em circulação, não apenas buscam apartar da cena pública a juventude pobre, negra, periférica, mas reforça no imaginário de nosso país com que vidas podemos e devemos nos importar: mesmo libertos, os negros continuam

¹ Trabalho apresentado no GT História do Jornalismo, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

² Psicóloga clínica. Mestre em Informação, Comunicação e Saúde (PPGICS/Fiocruz). E-mail: vaniacqborges@gmail.com

vivendo à margem. Nesse sentido, para além de notícias, reportagens, editoriais, a forma como as políticas públicas são construídas, apontam para o quanto uma ideia de bem-estar do Estado compromete seu sentido mais amplo. Quando ambas aparecem construídas e materializadas nos periódicos, os efeitos são muito potentes e de longa duração.

No campo que relaciona Comunicação e Saúde, especialmente àqueles que se interessam pelos processos históricos que atravessam tal relação, a política tem ocupado um lugar central. Não a política associada à sua dimensão do voto, partidária, eleitoral e de gestão, mas aquela que Arendt (2002) qualificava como Política, isto é, da arte da convivência entre os diferentes. Com essa visada, salta o princípio básico da Política, que aponta para a compreensão de que os homens, apesar de serem diferentes, precisam uns dos outros para viver, mas que igualmente precisam processar essas diferenças para que haja uma vida em comum. Política, assim, diz respeito a promoção do bem público através de ações do Estado, da administração pública e do governo. Quando parte da política aponta para a manutenção dos privilégios de poucos, a exclusão/marginalização é apenas uma das faces desse complexo processo.

Políticas públicas, jargão surgido na década de 1970, que muito se aproxima do chamado planejamento estatal, diz respeito à toda ação de intervenção do Estado que ocorre nas mais diversas dimensões da vida social (LOBATO, 2007). Essas ações não nascem de uma necessidade do próprio Estado, mas são decorrentes de demandas da sociedade que disputam entre seus diversos segmentos ou grupos garantir seus interesses. Apesar de ter relação com o interesse público, geral, o terreno das políticas públicas não é balizado de maneira isenta, pois o Estado não é um lugar de neutralidade que está acima das diferenças que constituem o tecido social. Sendo o Estado um lugar de domínio e conflitos, o que irá determinar a possibilidade de uma dada reivindicação política ser atendida será a capacidade de pressão e persuasão dos sujeitos sociais envolvidos na demanda. O que ocorre é uma disputa de forças envolvendo grupos políticos e econômicos, de classes sociais distintas, a exemplo do que destaca Carlos Nelson Coutinho (2008) ao tratar das lutas por direitos. Mas, disso trataremos em seção mais adiante.

Augusto (1989) destaca que, apesar do Estado ter certa capacidade de atender a interesses diversos através de políticas que tem um caráter geral e universalizante, essa mesma capacidade tem um modo de hierarquizá-los num sentido em que alguns desses sujeitos serão mais privilegiados em relação a outros, conforme seus interesses, posições e lugares, o que nos remete à importância da discussão sobre os lugares de fala – sendo a mídia

um dos mais privilegiados –, que é complementar ao lugar de interlocução, onde cada pessoa ou grupo ocupa um lugar na topologia social. O que possibilita essa hierarquização é justamente o fato de que será o próprio Estado o responsável por delimitar a oposição público *versus* privado. Assim, em sua ação, o Estado pode assistir a interesses particulares ao dar a estes um caráter de interesse geral, o qual é definido abstratamente. Mas, no Brasil, brancos e negros tem o mesmo espaço para reivindicar sua incorporação na agenda e no debate político?

Há alguma dificuldade da literatura especializada em definir conceitualmente o que são políticas sociais. No entanto, para nós interessa, no momento, a compreensão mais comum de que a mesma é na verdade uma parte das políticas públicas. Tal pressuposto se baseia em trabalhos como o de Vianna (2002) que, ao discutir o conceito de política social, aponta que há um entendimento no meio acadêmico de que assim como a política pública é ação governamental com objetivos específicos, a ideia de política social é ação governamental com objetivos específicos relacionados com a proteção social.

No Brasil da década de 1970 há um aumento expressivo no uso do termo política social, a exemplo da forma como a imprensa fez circular tal compreensão. Também não podemos esquecer que vivíamos em meio a uma ditadura militar. Nesse sentido, a maneira pela qual a ideia de política social se consolidou a partir daquele momento histórico (“direitos humanos e sociais não são para todos, mas para seres humanos direitos”) é bastante tributária de um processo pelo qual certa perspectiva de sociedade burguesa ideal vem sendo construído no Brasil desde a República (NEDER, 1995). O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) pode ser compreendido como o ápice da assunção da política social como atribuição exclusiva do Estado. Anteriormente, no que diz respeito a saúde pública, por exemplo, há uma menção no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965) ressaltando a necessidade de uma repartição mais equânime da renda nacional, porém tal indicação é feita de modo genérico e sem a indicação de quais mecanismos deveriam ser utilizados para alcançar tal proposição. Saúde, alimentação, educação, habitação, previdência, transporte de massa e saneamento surgem como áreas passíveis de intervenção das políticas sociais.

Por que é tão difícil a superação da exclusão ou do banimento de vulneráveis?

A Nova República, como se denominou o período após o fim do regime militar, trouxe importantes mudanças na vida política e econômica do país e grandes avanços, especialmente na saúde. Iniciado na década de 1970, o movimento de Reforma Sanitária Brasileira se

fortaleceu na luta pela garantia de direitos e pela unificação do sistema de saúde brasileiro, e, foi somente em 1986, com a realização da 8ª Conferência Nacional de saúde (CNS), que pela primeira vez, os usuários do sistema tomaram parte nas discussões e onde debateu-se e aprovou-se a unificação do sistema, o conceito ampliado de saúde, o direito de cidadania e o dever do Estado. É também nesse ambiente que certas estruturas de poder, como a própria grande mídia, serão tensionadas, especialmente a partir da compreensão de que todos têm o direito de se comunicar e que este é base para outros direitos sociais, entre eles a saúde (MURTINHO; STEVANIM, 2017)

Os motivos para que o Estado aumentasse seu interesse pela área social, assumindo os problemas sociais como uma responsabilidade sua se deu, em grande parte, como um corolário da concentração de renda de períodos anteriores e a consequente pauperização da população geral, o que gerou um acirramento, as vezes de forma explosiva, das tensões presentes na dinâmica social brasileira. Augusto (1989) chama atenção para o fato de que, o Estado brasileiro, ao assumir essa “responsabilidade como sua, deixa implícito o reconhecimento de direitos a ele correspondentes, associados à condição de cidadania.” (AUGUSTO, 1989, p. 114). A grande questão levantada pela autora é que as políticas sociais, enquanto práticas meramente assistenciais, não permitem a população se perceber como “usuários”, “consumidores” ou “possíveis gestores” de um serviço a que tem direito, mas sim como população “assistida”, “beneficiada” ou “favorecida”, terminologias que são presentes ainda hoje em discursos do Estado e da imprensa.

Fleury e Ouverney (2012) defendem que, devido ao fato de as políticas sociais assegurarem o acesso a um conjunto de benefícios para aqueles que são considerados legítimos usuários do sistema de proteção social, considerar a política de saúde como uma política social propicia o imediato entendimento de que a saúde é um dos direitos inerentes à condição de cidadania. Já Coutinho (2008), põe em destaque os direitos sociais³ como conquistas que permitem uma participação, ainda que mínima, do cidadão na riqueza criada pela coletividade. Dessa forma, temos os direitos tanto à saúde quanto à comunicação inscritos como direitos sociais. Mas, quando olhamos para a processo de formação social no Brasil, particularmente para a formação dos chamados conglomerados de mídia, impulsionados pelo desenvolvimentismo do Governo Vargas, é possível perceber o quanto os excluídos históricos ficam fora da agenda, sendo, no máximo, incorporados por políticas consideradas populistas.

³ Segundo Coutinho (2008), há aqui um risco de equívocos, pois, como o próprio autor destaca, todos os direitos, inclusive os civis e políticos, são sociais por sua origem e vigência.

Como já assinalamos, foi na 8ª CNS que aprovou-se a unificação do sistema, o conceito ampliado de saúde, o direito de cidadania e o dever do Estado. Essas proposições foram norteadoras para a reformulação do financiamento para a saúde, além de outros marcos importantes para viabilizar o Sistema Único de Saúde (SUS), como a regulamentação de princípios e diretrizes de funcionamento do SUS (Universalidade, Igualdade, Integralidade, Participação, Descentralização e Hierarquização) e as bases legais de sua organização. A Constituição de 1988, ao incorporar grande parte das proposições da Reforma Sanitária – movimento nascido num contexto que se inicia na luta pelas liberdades democráticas e que desponta durante o movimento de distensão do regime militar. Foi a Reforma Sanitária que garantiu o direito à saúde para todo cidadão, transformando-a num dever do Estado, através da criação de um sistema de acesso que se quer universal e igualitário, com ações voltadas para sua promoção, proteção e recuperação.

Quase que simultaneamente ao movimento da Reforma Sanitária no Brasil, temos o movimento da Reforma Psiquiátrica. De modos distintos, ambas as reformas objetivavam a melhoria da atenção à saúde. Enquanto a Reforma Sanitária enfatizava os aspectos macros da saúde, a Psiquiátrica voltava-se prioritariamente para as transformações em algumas ações mais específicas neste campo. Ambas ganham força numa mesma conjuntura: o de luta pelas liberdades democráticas. Segundo Yasui (2010), foi a partir de um clima de perseguição e repressão a manifestações de oposição ao regime militar, que a Reforma Psiquiátrica brasileira nasceu e se fortaleceu por meio, sobretudo, da mobilização dos trabalhadores que, ao recusarem o papel de signatários do *status quo*, tornaram visível os dispositivos de segregação e violência das instituições psiquiátricas. (YASUI, 2010, p. 37)

Eclodindo no final dos anos 1970, com a crise do modelo de assistência centrado no hospital psiquiátrico e o início dos movimentos sociais pelos direitos dos pacientes psiquiátricos, o fluxo da Reforma Psiquiátrica brasileira surge como um processo político e social complexo a partir da quebra de paradigmas fundamentais da psiquiatria, o que dá luz ao Movimento de Luta Antimanicomial⁴. Ele é composto de atores e instituições diversos, que vão desde diferentes setores governamentais até as associações de pessoas com transtornos mentais e seus familiares, passando pelas universidades, conselhos profissionais, chegando inclusive aos territórios do imaginário social, com a necessidade de uma transformação que ressignificasse a relação doença mental/sociedade.

⁴ O Movimento de Luta Antimanicomial foi criado a partir do II Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), ocorrido em Bauru, SP, em 1987, onde foi redigido o Manifesto de Bauru, que seria considerado o seu documento de fundação.

Yasui (2010), ao fazer remissão às origens da Reforma Psiquiátrica brasileira, credita às obras de Machado de Assis, *O Alienista* (1881), e de Lima Barreto, *Cemitério dos Vivos* (1953), as primeiras críticas à psiquiatria e ao sistema asilar em nosso país, isto é, de um *modus operandi* de banimento do sujeito da cena pública. Cita também outros trabalhos considerados importantes para a crítica ao sistema, como os de Ulisses Pernambucano, um dos pioneiros da psiquiatria social brasileira; Ozório César, que ainda na década de 1920 utilizava no Hospital Psiquiátrico de Juqueri a expressão artística como instrumento terapêutico; e Nise da Silveira, com o Museu de Imagens do Inconsciente. Embora o foco da observação desses autores sejam os *alienados*, não nos parece inoportuno inscrever nesse cenário os escravos libertos juridicamente em 1888 – livres juridicamente, banidos socialmente. Afinal, não assistimos a um movimento histórico no Brasil de atualização de práticas de exclusão e confinamento majoritariamente voltados contra negros e negras, especialmente aqueles moradores de periferia?

Amarante (2003) nos dá subsídios para afirmar que a Reforma Psiquiátrica foi um processo que operou em quatro dimensões fundamentais: a dimensão epistemológica, a técnico-assistencial, a jurídico-política e a sociocultural. Na epistemológica o processo é o da produção de novos saberes e de desconstrução dos conceitos fundadores da psiquiatria, como o de doença mental, normalidade, alienação, cura e periculosidade. A técnico-assistencial se define pela construção de uma nova organização dos serviços em saúde mental a partir da relação entre prática e teoria. Aqui ressaltamos que um dos objetivos específicos da Reforma Psiquiátrica é a substituição do modelo de atendimento centrado na hospitalização por uma atenção integrada ao indivíduo em seu território a partir de uma rede de atenção à saúde mental. A dimensão jurídico-política encarna a face mais visível da Reforma: a luta política que visa uma transformação social, onde o *louco* passe a sujeito de direitos. O melhor exemplo disso foi o processo que envolveu a elaboração, as negociações e a aprovação da lei que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redirecionou o modelo assistencial em saúde mental em todo o país (10.216/2001). Por fim, mas não menos importante, a dimensão sociocultural. Essas seriam um conjunto de práticas sociais que teriam a finalidade de modificar o imaginário social acerca da loucura e assim transformar a relação entre sociedade e doença mental – aqui, a mídia em geral, e a imprensa em particular, tem papel central (BORGES, 2015; BORGES & BORGES, 2013; BORGES, 2010).

Avanços e Retrocessos: a Reforma Psiquiátrica e as novas práticas de banimento

Como efeito concreto das Reformas Sanitária e Psiquiátrica, é possível encontrar nos CAPS I, II e III pacientes usuários de álcool e outras drogas, porém esse uso é secundário à condição clínica de transtorno mental. Desde 2002, os pacientes que fazem um uso prejudicial de álcool e outras drogas devem ser atendidos diariamente pelo CAPSad, pois só assim é possível realizar um planejamento terapêutico centrado numa perspectiva individualizada de evolução contínua. Entretanto, há dois aspectos centrais que precisam ser considerados nessa dinâmica e que contribuem para retrocessos que atualizam o imaginário social brasileiro. O primeiro deles tem origem um pouco distante no tempo, exatamente no contexto histórico em que se decretava o fim da escravidão. Naquele momento, ideias como as do psiquiatra italiano Cesare Lombroso pautaram saberes construídos por diversos intelectuais brasileiros. Lombroso (2010) defendia que o criminoso tinha características morfológicas específicas, sendo o crime então resultado de um fenômeno biológico. Sua teoria continha duas vertentes que destacamos aqui: a primeira de que o criminoso era naturalmente um selvagem que já nasce delinquente, um subtipo humano; a segunda, que o castigo deveria funcionar não para fins de punir aquele que praticou o ato delituoso, mas sim, com o propósito de conservar a sociedade, combatendo assim a criminalidade.

No entanto, não nos parece acidental, e aí estaria o segundo aspecto, que tanto no século XIX, quanto ao longo do XX, e atualmente no XXI, as ideias Lombroso não orientaram apenas as práticas psiquiátricas, fornecendo inclusive as bases para o desenvolvimento da Criminologia. O que nos interessa sublinhar é que tais referências precisaram ganhar corações e mentes da sociedade brasileira, tendo a imprensa aí um papel decisivo (BORGES, 2006). Embora não compreendamos a imprensa como um todo hegemônico – há contradições entre os veículos e, por vezes, até mesmo dentro dos próprios veículos – não é possível negar o papel desempenhado pelos veículos massivos de comunicação não apenas na construção de uma ordem burguesa no Brasil, mas de sua própria atualização, especialmente pela oligopolização que exercem na comunicação (MURTINHO; STEVANIM, 2017).

Se tomamos como ponto de partida a noção de que a produção jornalística afeta espaços e práticas sociais, apoiada na relação que se estabelece entre discurso e transformação social, nos interessar tensionar sua centralidade e as credenciais de “enunciação verdadeira” ou de uma enunciação produzida de forma objetiva, neutra e imparcial, que gera efeitos de

verdade. Fairclough (2001), em seu diálogo com autores de diferentes áreas para a construção de sua teoria e análise crítica do discurso, nos ajuda a compreender que uma posição teórica implica necessariamente numa posição ideológica, o que resulta num ajuste dos procedimentos analíticos operatórios frente aos fenômenos que se deseja observar: ora, como a juventude negra é apresentada através dos textos jornalísticos? Admitindo que a nossa compreensão da reflexão de linguista inglês esteja correta, em última instância, a produção discursiva presente nos veículos massivos de comunicação pode ser apontada como um dos principais vetores que contribuem preponderantemente para a percepção e interpretação do mundo e da formação das identidades sociais na atualidade. Deriva dessa compreensão, por exemplo, a importância de se enunciar que “vidas negras importam”.

Quando a produção social dos sentidos é tomada como base para a construção de um pensamento crítico sobre os processos sociais, especialmente naqueles mais centrais num contexto de midiaticização da vida contemporânea, julgamos necessário dar mais atenção para as condições sociais de produção de discursos que, ao serem oferecidos à sociedade, ganham estatuto de verdade. Nesse sentido, devemos buscar identificar na longa duração marcas que nos permitam ver o poder desigual de cada enunciador. Concomitantemente, em nossa avaliação, a questão do imaginário social acaba ganhando maior centralidade, uma vez que ele emerge como uma instância sobre a qual se busca “assumir um controle”, o que significa também dizer que, numa luta travada na tentativa de fixação de determinados sentidos sobre as práticas sociais, a imaginação torna-se um elemento constitutivo do repositório a que a sociedade recorre para produzir novas ações. Assim sendo, ainda que com variação de palavras, atualização de linguagens e suportes, há íntima relação entre as páginas dos jornais do final do século XIX, com as daquelas publicadas no XX e no XXI.

Na tentativa de construção de um sentido único para a questão das drogas (contemporaneamente, encapsuladas na expressão crack, que funciona como um significante mestre) e os modos para enfrentá-la nos parece particularmente relevante a percepção de que existem discursos que dialogam fortemente com a memória coletiva e se apresentam de maneira bastante verossímil. Com essa perspectiva, nossa reflexão sobre o imaginário se dá a partir de uma dupla dimensão: aquela que o entende como o resultado da produção de uma interação de sujeitos históricos, que vai se amalgamar num imaginário social e que o compreende como uma instância que, compartilhada socialmente, interfere na forma como os mesmos sujeitos históricos dão sentido ao mundo. Ou seja, a reflexão sobre o imaginário leva em consideração a tensão produzida entre o indivíduo e a sociedade, entre o imaginário social

e o individual, entre o tempo longo e o tempo vivido, entre a diacronia e a sincronia, entre como se lê a sociedade e como se age nela.

Em diversas oportunidades, temos assistido a apresentações que dão conta de um processo pelo qual, preponderantemente, os órgãos de imprensa constroem seus discursos e, com eles, representações sobre o mundo. Ao observar as informações produzidas pelos veículos de informação e presentes diariamente no cotidiano de nossa sociedade, não podemos esquecer de que são produtos de práticas sócio-discursivas. Um tipo de prática bem peculiar, que tanto representa quanto significa, constrói o mundo do qual fala. Embora todo discurso constitua e ajude a construir as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de crenças, nossa compreensão, especialmente a partir do processo de midiaticização (SODRÉ, 2002), é a de que há uma espécie de supremacia dos discursos produzidos pela chamada mídia comercial sobre os demais. É importante que digamos que não se trata de uma visão simplista da dinâmica social.

Pensar o discurso como prática social nos possibilita pensá-lo em sua relação com fatores econômicos, culturais, religiosos ou políticos, remetendo aos conceitos de ideologia e poder. A Ideologia é um conjunto de crenças, ideias, doutrinas próprias de uma sociedade: doutrinas políticas, econômicas ou filosóficas desempenham, geralmente, funções ideológicas. As ideologias que coexistem em uma sociedade terão a marca das variáveis do momento histórico em que se situam. Sendo as ideologias significações ou construções da realidade, representações dessa mesma realidade, construídas nas várias dimensões das formas ou sentidos das práticas discursivas, elas contribuem para a produção, reprodução ou transformação das relações de dominação (CARDOSO, 2012). Já o Poder, em seu sentido mais amplo, aparece como a capacidade de provocar a aceitação e o cumprimento de uma ordem. Nesses termos, pensar em poder simbólico é aceitar que ele é exercido não apenas sob a ótica financeira, mas preponderantemente por aquela capacidade de “fazer ver, fazer crer” a partir das construções discursivas.

A constituição de sujeitos nos textos e o papel das práticas discursivas nos processos de mudança social são considerados por Fairclough como questões centrais em sua obra. Segundo ele, isso ocorre em uma escala de tempo biográfica, durante a vida de um indivíduo, e para a constituição e a reconstituição de grupos sociais e comunidades." (FAIRCLOUGH, 2001, p. 170). Tal dinâmica tem lugar no próprio texto, pois os sujeitos sociais e discursivos não preexistem às práticas sociais e discursivas, mas são as mesmas que agem na constituição desses sujeitos e em suas transformações através do tempo. Como já apontamos, os sujeitos

não preexistem às práticas sociais e discursivas, mas são elas que os constituem e transformam.

Na contemporaneidade, a importância da mídia parece residir na centralidade que desfruta em sociedade muito complexas, como a nossa, onde perpassa todos os campos gerados pelas (e geradores das) relações humanas. Assim sendo, quando afirma que a “mídia é onipresente, diária, uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea (...) que é impossível escapar à presença, à representação da mídia”, Silverstone (2002) a qualifica como um tipo de instituição muito especial da qual dependemos para “ver algum sentido nas continuidades da experiência e também, de quando em quando, para as intensidades da experiência” (SILVERSTONE, 2002, p. 12). Nos termos aqui apresentados, o pressuposto é o de que a interferência da mídia é tamanha que não se pode falar em interações sociais sem que estas estejam atravessadas, em maior ou menor grau, pelas construções discursivas midiáticas. Mais especificamente, se observarmos os discursos que aproximam as drogas da juventude negra, a receita aparece novamente atualizada: eles não podem desfrutar dos espaços sociais com as classes privilegiadas. Aqui, o banimento mostra sua nova face, travestida de Internação Compulsória, para manter os negros afastados da cena urbana.

A imprensa e uma sociedade idealizada na transição do século XX para o XXI.

Se em outros momentos da história da humanidade, as pessoas e os temas, para terem visibilidade, necessitavam partilhar de um local em comum, de uma interação face a face, a complexidade do cenário atual tornou tudo bem diferente. É no quadro dessas transformações, sobretudo no campo das relações humanas, que a mídia em geral, e o jornalismo em particular, acaba se estabelecendo como um importante campo constituinte da esfera pública, tornando-se lócus privilegiado para captura de embates ideológicos em torno de modelos “mais apropriados” de sociedade. A partir de Rodrigues (1999), aprendemos que a mídia, através de jogos muito complexos (por exemplo, com a utilização de um imaginário mítico primitivo, que é reciclado de acordo com as regras dessacralizantes da modernidade), consegue projetar novos efeitos de sentido na experiência coletiva. Com Oliveira (2010), percebemos que a mídia contemporânea é o lugar onde os sentidos são construídos e legitimados, qualificando-a como um poderoso fator de constituição dos imaginários sociais.

Um dos elementos que conferem aos discursos jornalísticos um lugar privilegiado na construção/reconstrução do mundo é a forma como os mesmos são tecidos e apresentados à

sociedade como reflexos da realidade. Nestes termos, são vitais para o jornalismo as categorias neutralidade, imparcialidade e, especialmente, objetividade, que acabam por naturalizar o enquadramento por ele realizado. Para Traquina (2008), estes podem ser entendidos como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável (TRAQUINA, 2008, p. 63).

Também para Mouillaud (2002) a notícia deve ser compreendida como um discurso. Não se trata apenas de um movimento de construção de uma informação, mas de produzir um efeito de realidade a partir das construções noticiosas oferecidas para que, simultaneamente, elas sejam consumidas como verdades. Nestes termos, o jornal deveria ser pensado a partir de dispositivos jornalísticos próprio de um processo produtivo onde na oferta já estão presentes mecanismos de significação que interferem na forma como os leitores vão se apropriar desse conteúdo. Com essa perspectiva, a seleção de temas, sua hierarquia nas páginas, a angulação da cobertura, a editoria onde está presente o texto são parte de um processo de enquadramento que, de forma deliberada ou inconsciente, acabam determinando uma forma que distingue um suporte do outro e que caracteriza a prática discursiva de um jornal. Os dispositivos jornalísticos operam organizando o sistema produtivo da comunicação (produção, circulação e consumo).

Embora o jornalismo possua um conjunto de marcas distintivas, os diferentes contextos históricos em que se desenvolve imprimem características específicas que não podem ser desprezadas (SCHUDSON, 2010). No caso brasileiro, não se pode desprezar que o conjunto de transformações, especialmente aquelas entre as décadas de 1950 e 1960, nas quais se produziu uma ruptura entre os chamados espaços de informação e os de opinião (gerando, como um dos efeitos desse processo, a distinção entre a imprensa informativa – com um fazer jornalístico marcado pela objetividade, neutralidade, imparcialidade, pela descrição sem valorização – e a sensacionalista). Concordando com Borges (2009), “as transformações pelas quais a imprensa passa em meados do século XX produziram, como um dos seus efeitos, uma espécie de fala autorizada, que acaba celebrando como a hegemônica um determinado tipo de narrativa: a jornalística” (BORGES, 2009, p. 92), escudadas num conjunto de técnicas (ou dispositivos) que definem esse poderoso lugar de enunciação.

Essa “fala autorizada” é respaldada em larga medida pelo “lugar de onde se fala”, uma vez que os veículos também puderam autorreferenciar-se e distinguir-se. Num trabalho anterior (BORGES & BORGES, 2013), há a problematização, dentre outros aspectos, da centralidade do discurso jornalístico na contemporaneidade. Neste trabalho, os autores põem em evidência que os jornais têm desempenhado um papel decisivo na construção das identidades, dos espaços sociais, da subjetividade. Ao concordar que a identidade é construída na interação social, mas igualmente através daquilo que fica recalcado devido à necessidade de filiação, através dos mecanismos de identificação, compreendo que tais construções se estruturam a partir de um sistema de representação em realidades concretas, de um sistema de significação onde atribuímos sentido ao mundo. O que nos parece singular neste momento histórico em que vivemos é o fato da produção jornalística constituir um dos principais discursos de referência na construção de espaços e identidades sociais.

Se tanto a memória quanto o imaginário são constituídos a partir da forma como concebemos e acessamos a realidade que nos cerca, as informações difundidas pelos jornais não são apenas mais um dado, mais um poderoso suporte que interfere na forma como empregamos sentidos sobre o mundo. Quando lemos notícias que apresentam a internação compulsória como a melhor alternativa para enfrentamento da questão do crack, que tensionam a negativa em internar compulsoriamente um “viciado” com o tornar obrigatória uma vacina que combate a COVID-19, doença que já causou milhares de mortes, estamos diante da oferta de uma visão de mundo, que estabelece conexões com a história, com a memória, com nosso imaginário sobre a temática das drogas, liberdade individual, distinção entre populações marginalizadas e “cidadão de bem”. Como parte daquilo que sai publicado diariamente em jornais em muitas oportunidades é esvaziado de contexto histórico, acessamos sempre a parte (que deve responder a algum interesse), o fragmento. Esse contexto acaba reforçando ideologias e suprimindo as diferenças, buscando indicar amaneira como fenômenos devem ser olhados e percebidos, trazendo consequências para a construção da memória social.

Considerações Finais

O mínimo exercício de memória de qualquer leitor de jornal permitirá que o mesmo estabeleça uma lembrança em que a narrativa da imprensa aparece repleta de termos como “pivete”, “menor abandonado”, “arrastão”, “cracudo”, “cracolância” associados aos negros.

Isso, por si só, já é capaz de demonstrar como a imprensa brasileira semeia e atualiza o imaginário nacional, principalmente o da classe média, com termos que além de despersonalizar o negro, ativa uma rede semântica cuja associação principal é com o medo, com o perigo, o que parece justificar o anseio da classe média sempre por mais punição e para manter confinada a dita “classe perigosa”. O que fazer com o negro, desde que ele se tornou “livre” é uma questão para nossa sociedade. Em *Onda negra, medo branco*, Azevedo (1987) aponta que o imaginário das elites a respeito do negro atravessou décadas até o século XX. Assim, o medo do descontrole social permanece vivo no imaginário da elite até hoje. A imagem do negro mau foi parte integrante dos discursos que permaneceu. Como dialogar com esse imaginário quando existem, como nos mostrou a pandemia, 38 milhões de brasileiros fora do radar das políticas públicas, mão alcançados pelas políticas públicas, invisíveis ao olhar do Estado, numa herança direta da escravidão?

Em episódio recente, por ocasião da cobertura das manifestações antirracistas que se espalharam após a brutal morte George Floyd, um homem negro assassinado por um policial branco em Minnesota, Estados Unidos, os veículos de imprensa, representados em nossa reflexão pela *GloboNews*, repercutiram o episódio no Brasil. Demonstrando um aparente descompasso temporal, ou pelo menos uma lentidão na sua percepção sobre o tratamento do tema, a *GloboNews*⁵ observou a importância do lugar de fala (e, por extensão, da exclusão dos negros como sujeitos da fala) quando, somente após um telespectador, que acompanhava um debate sobre racismo em que todos os debatedores eram brancos, tuitar ironicamente: “Rapaziada... a pauta é racismo”. Ao ler o twitter, o canal reuniu jornalistas negros para o debate. Foram então convocados Flávia Oliveira, Maria Júlia Coutinho, Aline Midlej e Lilian Ribeiro, e os dois de seus mais experientes profissionais: Zileide Silva e Heraldo Pereira. Após o ocorrido, as desculpas: “os colegas negros ainda não são tantos quanto desejado”. Ou seja, tanto na forma como os negros são representados pelos jornais quanto na posição de sujeitos falantes dentro desses veículos, a morte de George Floyd tornou-se também um marco na cobertura sobre racismo na imprensa brasileira.

Referências

ARAÚJO, I. S.; CARDOSO, J.M. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

⁵ Após polêmica, GloboNews escala profissionais negros para debater racismo no Em Pauta. **Disponível em:** <https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2020/06/apos-polemica-globonews-escala-profissionais-negros-para-debater-racismo-no-em-pauta.shtml>

- ARENDR, H. **O que é política?** Tradução Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2002.
- AUGUSTO, M. H. O. Políticas públicas, políticas sociais e políticas de saúde: algumas questões para reflexão e debate. Comunicação apresentada ao Grupo de Trabalho Planificación y Políticas Públicas, durante **O XVII CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA**, promovido pela Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS), em Montevideo, Uruguai, no período de 2 a 6 de dezembro de 1988.
- AZEVEDO, C. M. M. **Onda Negra Medo Branco. O negro no imaginário das elites do século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BARBOSA, M. A ordem comunicacional manuscrita e o lugar da comunicação. In: _____. **Os manuscritos do Brasil.** Niterói: EdUff, 2018.
- _____. **História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- _____. **Os Donos do Rio: imprensa, poder e público.** Rio de Janeiro: Vícios de Leitura, 2000.
- BORGES, V.C.Q. **O jornal e os discursos sobre a droga: a produção de sentidos sobre as medidas de enfrentamento ao crack presentes n’O Globo em 2013.** Rio de Janeiro: PPGICS/Fiocruz, 2015.
- BORGES, W. C. Imprensa e História: a interferência do inconsciente político do jornalista na conquista do imaginário social. **História da Mídia do Estado de Rio de Janeiro**, v. I, p. 1-13, 2010.
- _____. **Narrativas Jornalísticas como produção material da cultura: a presença do imaginário na construção ideológica em torno da criminalidade.** Niterói: UFF (Tese de Doutorado), 2009.
- _____. **Criminalidade no Rio de Janeiro: a imprensa e a (in)formação da realidade.** Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- BORGES, W. C., BORGES, V. C. Q. A materialidade do medo: o papel da narrativa jornalística na ampliação deste estado afetivo. **Contracampo**, v. 26: 106-125, 2013.
- CARDOSO, J. M. **Entre vítimas e cidadãos: risco, sofrimento e política nas narrativas do JN sobre as epidemias de dengue.** Rio de Janeiro: ECO/UFRJ (Tese de Doutorado), 2012.
- COUTINHO, C. N. “Notas sobre cidadania e modernidade”, In: **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo** (2ª ed.). São Paulo: Cortez Editora, 2008, pp. 49-70.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social.** Brasília: Ed. UnB, 2001.
- FLEURY, S.; OUVENEY, A. M. Política de saúde: uma política social. **IN: GIOVANELLA, L. et al (Org). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.
- FOLHA DE SÃO PAULO.** Após polêmica, GloboNews escala profissionais negros para debater racismo no Em Pauta. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2020/06/apos-polemica-globonews-escala-profissionais-negros-para-debater-racismo-no-em-pauta.shtml>. **Acesso em 18 de junho de 2021**
- LOBATO, L. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas: coletânea.** Brasília: Enap, 2006. p. 289-313.
- LOMBROSO, C. **O Homem Delinquente.** Tradução: Sebastian José Roque. 1. Reimpressão. São Paulo: Ícone, 2010.
- MOUILLAUD, M. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S.D. **O jornal: da forma ao sentido.** Brasília: Editora UnB, 2002.
- MURTINHO, R.; STEVANIM, L. F. Políticas de comunicação, cidadania e saúde no Brasil contemporâneo. In: SACRAMENTO, I. (Org.). **Mediações Comunicativas da Saúde.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

- NEDER, G. **Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995.
- OLIVEIRA, V. C. **Anotações provisórias sobre a midiaticização da comunicação no campo da saúde**. Texto inédito, 2010. (mimeo)
- RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. R. de Janeiro: E-papers, 2006.
- RODRIGUES, A. D. **Experiência, Modernidade e Campo dos Media**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1999.
- SACRAMENTO, I.; BORGES, W. C. **Representações Midiáticas da Saúde**. 1. ed. Rio de Janeiro/RJ: Editora Fiocruz, 2020.
- SCHUDSON, M. **Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SILVERTONE, R. **Por que estudar a mídia**. São Paulo, Loyola, 2002.
- SODRÉ, M. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1999.
- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.
- VIANNA, M. L. T. W. **Em torno do conceito de política social: notas introdutórias**. Rio de Janeiro: Iuperj, 2002.
- YASUI, S. **Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.